

Tradução de: PIRENNE, Henri. Villes, marchés et marchands au Moyen Age. **Revue Historique**, t. LXVII, 1898.¹

Cidades, mercados e mercadores na Idade Média

Há alguns anos, tentei expor na presente revista² o estado das pesquisas consagradas à formação das cidades medievais. Deste exame destacou-se, em resumo, uma situação muito simples e muito clara. No momento em que escrevia, as diversas teorias que pretendiam explicar as origens urbanas, seja pelas guildas, seja pelo direito dominial (*Hofrecht*), ou seja, ainda pelos privilégios otomanos e pela constituição pública da época franca, enfraquecidos por seu mútuo antagonismo, não puderam resistir à crítica afiada de von Below. Por outro lado, Sohm,³ reunindo em uma forte síntese jurídica e curvando seu vigoroso gênio aos resultados obtidos por Schröder e Schulte, formulou um novo sistema que tornava o mercado o ancestral da cidade. Sob o terreno limpo das construções antigas, ele construiu um edifício cuja lógica e bela disposição não poderiam deixar de exercer de início uma verdadeira fascinação sobre os espíritos desorientados pelas demolições de von Below.⁴ Contudo, ainda que a pouco formuladas, suas conclusões já se achavam às voltas com a crítica. Os raciocínios sobre os quais elas se fundamentavam pareciam bem pouco sólidos. Reprovou-se corretamente o abuso da abstração jurídica e de serem, em resumo, mais engenhosas do que convincentes. No entanto, uma nova direção estava indicada doravante e é em torno da *Marktrechtstheorie* [teoria jurídica do mercado] que se agrupou a maioria daqueles que buscavam uma solução à questão tão apaixonante da formação das cidades.

Mais exitoso do que Nietzsche, Arnold e Heusler, cujas obras não parecem ter exercido suficiente influência fora da Alemanha, Sohm encontrou na França seus adeptos. Em 1897, no memorável *Essai historique sur le droit des marchés et des foires* [Ensaio histórico sobre o direito dos mercados e das feiras], Huvelin colocou-se ao lado das proposições essenciais da tese do célebre jurista. Se ele se recusa a identificar, como o faz Sohm, a paz do mercado com aquela da cidade e a atribuir à *weichbild* [imagem ingênua] esta virtude mágica pela qual o solo no qual se ergue a cidade é assimilado ao paço régio, se ele considera a paz do mercado como um fenômeno natural e necessário, pois é indispensável às transações comerciais, e se, utilizando os dados fornecidos pela etnografia e pelos relatos dos viajantes, ele demonstra que esta

¹ Esta obra literária é de domínio público e foi digitalizada pela Universidade Livre de Bruxelas.

² *Revue historique* [Revista histórica], t. LVII, p. 52 e seguintes. Disponível em : http://digistore.bib.ulb.ac.be/2006/a13022_000_f.pdf . Acesso em: 23 jun. 2017.

³ Nota do Tradutor [N. T.]: Rudolph Sohm (1841-1917), jurista alemão especializado em direito privado e professor de direito privado nas universidades de Freiburg im Breisgau, Strasbourg e Leipzig.

⁴ N. T.: Georg von Below (1858-1927), historiador alemão e professor nas universidades de Münster, Marburg, Tübingen e Freiburg.

paz, longe de ser intrínseca à antiguidade germânica, encontra-se entre os povos mais diversos, tanto entre os semitas como entre os indo-europeus, tanto na idade média cristã como na idade média muçulmana; ele afirma, por outro lado, que “o direito do mercado é idêntico ao direito da cidade e que, se o último difere em vários aspectos do primeiro, isso se explica por uma evolução tendo em conta a natureza das coisas e o testemunho dos textos”. Apesar das diferenças locais, o *mercatus* produz em toda a parte a paz da cidade, o direito da cidade, a justiça da cidade e o conselho da cidade. Assim, Huvelin coloca-se na mesma perspectiva que Sohm. Ele é igualmente categórico, sectário, intransigente. As “únicas objeções graves” que se tentaram formular contra seu sistema não o convenceram.

Enquanto Huvelin redigia seu livro, veio à luz uma série de trabalhos cujos autores haviam abandonado a brilhante teoria de Sohm: na França, meus estudos sobre a origem das constituições urbanas na idade média;⁵ na Alemanha, os artigos de W. Varges nos *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*⁶ [Anuários de economia nacional e estatística], nos *Untersuchungen über den Ursprung der deutschen Stadtverfassung*⁷ [Estudos sobre a origem da constituição das cidades alemãs] de F. Keutgen e o *Markt und Stadt in ihrem rechtlichen Verhältniss*⁸ [Mercado e cidade em sua relação jurídica] de S. Rietschel.

Não irei voltar sobre ideias que anteriormente expus nesse espaço. Posso passar rapidamente também as pesquisas de Varges, que não tem principalmente por objetivo determinar a relação existente entre mercado e cidade.⁹ Por outro lado, devo enfatizar as dissertações de Keutgen e Rietschel, que concedem uma atenção bastante especial a esta questão. Pela clareza de exposição, rigor do método e segurança das informações, tais trabalhos pertencem aliás ao que se melhor escreveu sobre as instituições medievais nos últimos anos.¹⁰ Eles diferem contudo quanto ao seu plano e ao seu objeto. Keutgen propõe-se a expor por completo a gênese das instituições urbanas, enquanto Rietschel estuda essas últimas somente em suas relações com o mercado urbano. Da mesma forma, é nessa perspectiva que nós nos colocaremos nas páginas seguintes.

Sobre um ponto, e um ponto essencial, Keutgen e Rietschel estão de acordo. Para eles, a cidade não provém do mercado. O mercado é exterior à cidade, ele existe ao lado dela e independentemente dela: a cidade não fornece ao mercado

⁵ *Revue historique*, t. LVII, p. 57 e seguintes, 293 e seguintes.

⁶ Dritte folge [Terceira parte], t. VI, VII, VIII, XII, XIV.

⁷ Leipzig, 1895.

⁸ Leipzig, 1897.

⁹ Em 1892, Varges publicou separadamente nos *Jahrbücher* [Anuários] citados uma refutação da teoria de Sohm sob o título *Stadtrecht und Marktrecht* [Direito da cidade e direito do mercado].

¹⁰ Sobre o livro de Keutgen ver as resenhas críticas de von Below no *Litterarisches Centralblatt* [Folha Central Literária], 1895, col. 1677; Liesegang no *Jahrbuch für Gesetzgebung* [Anuário de Legislação] de Schmoller, 1897; G. des Marez no *Deutsche Litteraturzeitung* [Jornal Literário Alemão], 1897, col. 1220; G. Espinas no *Moyen Age* [Idade Média], janeiro-fevereiro 1897.

nem sua paz, nem suas instituições, nem seu tribunal. Em suma, o *mercatus* não se origina do direito urbano.

É impossível para mim expor aqui de forma detalhada como Keutgen e Rietschel estabelecem sua tese e limito-me a remeter o leitor aos seus respectivos trabalhos. No entanto, permitam-me observar que, enquanto um e outro chegaram independentemente aos mesmos resultados, formulei conclusões idênticas em meu estudo sobre a origem das constituições urbanas. Assim, quase simultaneamente, ainda que por caminhos muito diferentes, três estudiosos estrangeiros encontraram-se uns aos outros no mesmo ponto. Esta coincidência é especialmente significativa uma vez que as três abordagens realizaram-se sobre fontes diferentes. Enquanto utilizei principalmente os textos provenientes da região entre o Sena e o Reno, Keutgen concentrou-se particularmente na história das cidades da Alemanha renana e Rietschel atentou para as aglomerações urbanas de data mais recente que se formaram entre o Reno e o Elba. Além disso, não invoco a identidade das minhas conclusões com aquelas dos dois sábios alemães para fazer destacar completamente a verdade das últimas. O exame das relações entre mercado e cidade ocupam apenas algumas páginas nos meus artigos, onde o espaço concedido a mim foi rigorosamente medido. Keutgen, em contraste, consagra à questão um longo capítulo e Rietschel seu livro inteiro. O que foi somente indicado por mim é profusamente demonstrado por eles e o problema, a meu ver, poder ser considerado resolvido.

Se a cidade medieval não pode ser considerada como um mercado desenvolvido, ela é no entanto obra dos mercadores. Rietschel mostrou com uma precisão admirável que todas as cidades da Alemanha transrenana devem sua origem às aglomerações de *mercatores* estabelecidos sob os muros das *burgen* e das *civitates*. A vida municipal desenvolveu-se inicialmente fora das muralhas do cinturão primitivo, nos arrabaldes (*suburbia*), onde a partir do século X fixam-se crescentemente imigrantes, que demandam meios de sobrevivência ao comércio e à indústria. Dos dois elementos que se encontram na origem das cidades, o velho burgo militar e o subúrbio comercial, é o último, o mais recente, que exerce a influência decisiva e que por fim absorverá o outro. Certas localidades tornam-se cidades uma vez que tais sítios já contam precocemente com o centro de um comércio permanente. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a cidade é um mercado, é verdade que não no sentido de *mercatus*, mas no sentido de *forum*. A linguagem pode ser invocada a favor dessa maneira de ver. De fato, enquanto o idioma nunca nomeie a cidade como *mercatus*, muito frequentemente a cidade é designada com as palavras do latim medieval que se aplicam aos locais de comércio, a saber, *forum*, *emporium* ou *portus*.

Gostaria de insistir um momento sobre a história dessa última palavra, pois ela me parece trazer uma confirmação notável à tese de Rietschel. O termo é

encontrado muito frequentemente em uma das regiões da Europa setentrional onde a vida urbana desenvolve-se com maior celeridade e energia, isto é, em Flandres. Desde o século IX ou X, toda uma série de localidades da bacia do Escalda utilizam nos textos o termo *portus*, como pode ser demonstrado pela seguinte relação:

BRUGES. Século XI: "In pago Flandrensi, in portu videlicet Bruggensi" (Translatio 1ª S. Bavonis. *Mon. Germ. Hist. Script.*, t. XV, p. 597).

GANTE. Século X. 941 "mansioniles omnes in portu Gandensi" (Van Lokeren, *Chartes de l'abbaye de Saint-Pierre à Gand* [Cartas da abadia de Saint-Pierre em Gante], t. I, p. 21, nº 15. Cf. Van de Putte, *Annales abbatiae S. Petri*, p. 87). – 942 "censum quod accipitur de mansionibus que site sunt in portu Gandavo" (V. Lokeren, *loc. cit.*, p. 28, nº 18). – 951 "mansure que sunt in portu Gandavo" (*Ibid.*, p. 27, nº 21). Cf. as numerosas menções análogas nas cartas de 964 (*Cart. de Saint-Bavon*, p. 7), 967 (Lot, *les Derniers Carolingiens* [Os últimos Carolíngios], p. 399) etc. – Século XI: "Pertransivit ad portum Gandensem" (*Vita S. Macharii, Mon. Germ. Hist. Script.*, t. XV, p. 618. Cf. *Miracula S. Bavonis, Ibid.*, p. 595, 596, 597). As inúmeras cartas de ratificação das possessões de São Pedro de Gante (em Van Lokeren, *op. cit.*, *passim*) contêm até o século XIII a expressão "portus Gandensis".

TOURNAI. Século VIII: "Tornaii porti" (Prou, *les Monnaies carolingiennes* [As moedas carolíngias], p. 33). – Século XI: "Portus Tornacensis" (*Vita S. Macharii, Mon. Germ. Hist. Script.*, t. XV, p. 616).

VALENCIENNES. Época merovíngia: "Valencianis portus" (Duvivier, *le Hainaut ancien*, p. 67). – Século XI: "Portus navium" (*Miracula S. Gisleini, Mon. Germ. Hist. Script.*, t. XV, p. 582).¹¹

¹¹ A palavra *portus* encontra-se naturalmente em muitas outras regiões além de Flandres. Ela aparece frequentemente nos textos da época merovíngia. Designa, não somente um porto marítimo, mas todo local onde se realiza o embarque e desembarque de mercadorias: "Portus dictus a deportandis commerciis" (Isidoro de Sevilha, *Étymologie* [Etimologia], I. XIV, cap. VIII, §§ 39 e 40). Sendo os direitos fiscais [*tonlieu*] necessariamente recebidos no *portus*, os senhores procuravam naturalmente multiplicar os últimos (ver Imbart de la Tour, na *Mélanges Monod* [Miscelânea Monod], p. 76). Nos séculos X e XI, os *portus* estabelecidos fora das cidades ainda eram numerosos. Ver, por exemplo, o *Cartulaire de Savigny* [Cartulário de Savigny], ed. A. Bernard, nºs 290, 437, 635, e o *Cartulaire de Beaulieu en Limousin* [Cartulário de Beaulieu em Limousin], ed. M. Deloche, nºs 48, 50 etc. Os *portus* criados por um interesse puramente fiscal não prosperaram e desapareceram pouco a pouco. Somente aqueles que haviam sido estabelecidos em condições geográficas favoráveis tornaram-se cidades, pois eles haviam sido anteriormente locais importantes de comércio. Foi assim para as primeiras cidades flamengas. Aquelas que se encontram localizadas ao longo dos cursos de água desenvolveram-se desde o início. Mais tarde, aquelas que foram fundadas longe dos rios conservaram o nome das mais antigas e foram, como essas, denominadas *poort*. Sendo nome de *poort* aplicado desde o século XIII a todas as cidades, olvidou-se que ele provinha de *portus*, considerando-o como uma tradução flamenga de *porta*. Essa falsa etimologia, adotada desde a Idade Média (ver de Pauw, *Nécrologe de Saint-Jean de Gand* [Necrológio de São João de Gante], p. 71, 117, 180 etc., onde *Alta porta* = *hoogport*, isto é cidade alta), foi conservada por Warnkœnig e pela maioria dos modernos. Ela é igualmente insustentável tanto do ponto de vista histórico quando filológico. A raiz da palavra *poort* é o caso oblíquo de *portus* considerado como palavra de segunda declinação. Ver Kluge, *Geschichte der Altergermanischen Dialekte* [História dos antigos dialetos germânicos], na segunda edição do Grundriss de H. Paul. Encontra-se já em Gregório de Tours a expressão "omnibus portis relictis" (*Vita et Virtutes Eparchi. Script. Rer. Merov.*, t. III, p. 557, § 13). Em holandês, *poort*, quando aplicado ao nome da cidade, perdeu seu sentido primitivo. Um porto propriamente dito é denominado *havene*.

O leitor terá observado nessa lista o nome das comunas flamengas mais poderosas da época medieval. Assim, as grandes cidades devem sua origem ao *portus*, quer dizer às paradas e aos desembarques de mercadorias, em resumo aos locais de comércio. Ainda hoje, em holandês, uma cidade se chama *poort* e um burguês é um *poorter*. Esses aspectos são ainda mais característicos quando não possuímos traços de fundação de *mercatus* nas cidades flamengas ou cujos mercados estabelecidos são de períodos relativamente recentes e posteriores à formação das instituições municipais. O que concluir disso senão a impossibilidade de aplicar a *Markrechtstheorie* às constituições municipais de Flandres? Nessa região essencialmente urbana, vê-se com perfeita clareza as cidades nascerem nos locais para os quais o comércio naturalmente se dirige. Elas são, em toda força do termo, *colônias de mercadores*.

Entretanto, é possível que as colônias de mercadores tenham existido na Alta Idade Média? De acordo com uma das principais autoridades sobre essa época em matéria de história econômica, K. Bücher, antes do período moderno não se pode admitir a existência de uma classe de homens vivendo exclusivamente da compra e venda, isto é de uma classe de mercadores propriamente ditos.¹² Segundo o autor, não havia então mercadores profissionais. Cada qual era mercador enquanto frequentava o mercado local, mas essa frequência de mercado era passageira e intermitente para cada um. A palavra *mercator* designa vendedores e compradores, não mercadores como o sentido atual e técnico do termo, e é um erro completo perceber as primeiras burguesias da Idade Média como grupos de comerciantes.

Essa afirmação de Bücher parece-me muito absoluta. Ela se explica, creio eu, se se compreende que as pesquisas tão novas e tão penetrantes do eminente erudito concentram-se sobre cidades de segunda ordem, particularmente sobre Frankfurt.¹³ De fato, Frankfurt não passava de uma localidade semi-agrícola até o século XV, onde a burguesia dedicava-se ainda em grande medida ao cultivo do solo e à criação de animais. Porém, não é nas cidades de segunda grandeza que se deve buscar o segredo das origens da vida urbana. Pelo contrário, é importante, em seu mais alto grau, estudá-las em suas fontes próprias, a saber, nas grandes cidades mercantis. Assim, parece-me impossível não descobrir que as cidades mercantis devem sua existência ao comércio e aos mercadores de ofício. Os textos nos mostram que, desde o século XI, as cidades contêm profusamente comerciantes vivendo exclusivamente de sua profissão. É suficiente assinalar aqui alguns textos que não deixam qualquer dúvida sobre esse aspecto. Em 1096, uma carta de foral de Dinant menciona aqueles

¹² K. Bücher, *Die Entstehung der Volkswirtschaft* [O surgimento da economia], 2. ed., p. 90.

¹³ O belo livro de Bücher, *Die Bevölkerung von Frankfurt am Main* [A população de Frankfurt am Main] (Tübingen, 1886), ainda bastante desconhecido fora da Alemanha, criou o método de interpretação de documentos relativos à estatística da Idade Média.

"qui de mercimoniis suis vivunt cujuscumque officii".¹⁴ Um pouco mais tarde, as *Gesta episcoporum Cameracensium* contam com grande detalhe a história de um mercador que, sendo inicialmente um simples servo de outro mercador, conseguiu acumular uma enorme fortuna em poucos anos.¹⁵ Aliás, o que são os membros da hansa de Londres em Flandres senão autênticos mercadores?¹⁶ O que é o *praedives mercator* que suscita, em 1078, um motim contra o arcebispo de Colônia,¹⁷ e como compreender que a revolução comunal de Cambrai seja provocada por *mercatores*,¹⁸ se nos recusarmos a considerar que eles formam, em meio à população urbana, um grupo social perfeitamente distinto? Sem dúvida, todos os mercadores não são grandes negociantes. Encontramos as condições mais diversas entre eles. Nota-se, ao lado de proprietários de barcos e tropas, que passam a maior parte do ano em viagens longínquas, artesãos modestos que vendem *super fenestras*¹⁹ o produto do seu trabalho. Sei bem que aqui surge uma nova objeção. De fato, Bücher sustenta que ao início do período industrial da Idade Média o artesão era um simples trabalhador colocando em prática a matéria-prima que seus clientes entregavam. Sei que essa era a situação para uma série de profissões. Todos sabem, por exemplo, que durante muitíssimo tempo os tecelões não possuíam o direito de adquirir a lã por conta própria, limitando-se a trabalhar a lã enviada pelos fabricantes e comerciantes de tecido. Alfaiates, sapateiros e carpinteiros encontravam-se certamente em situação análoga. No entanto, não convém generalizar um estado de coisas para todos os ramos da indústria. Parece-me bastante difícil admitir que o oleiro ou o ferreiro tenham recebido das mãos dos seus práticos o estanho ou o ferro que trabalhavam. Aliás, ainda aqui, os documentos nos atestam a existência de artesãos vendendo diretamente ao público seus objetos fabricados em meio às matérias-primas que lhes pertencem. É bastante crível que os padeiros, por exemplo, que desde meados do século XI expunham o pão a venda *super fenestras*,²⁰ compravam eles mesmos o trigo que serviria à fabricação do pão. Limitar-me-ei a assinalar um único fato, von Below

¹⁴ Stan. Bormans, *Cartulaire de Dinant* [Cartulário de Dinant], I, p. 13.

¹⁵ De Smet, *Gestes des évêques de Cambrai* [Gestas dos bispos de Cambrai], p. 122 e seguintes. Cf. ainda *Miracula S. Rictrudis* (comentário do século XII) nas *Acta Sanctior. Boll.*, maio, t. III, p. 111: "Gandavi burgensis erat quidam, qui negotiationi deditus, navigio Duacum frequenter ire consueverat, ferens et referens unde accesseretur ei multiplex rerum opulentia".

¹⁶ N. T.: surgida no século XII, a Hansa de Londres era uma união de guildas de cidades flamengas que administrava a partir de Bruges o comércio com a Inglaterra, sobretudo a importação de lã.

¹⁷ *Lamperti Hersfeldensis opera*, ed. O. Holder-Egger, p. 186. Os homens citados por Lambert são mercadores de profissão, *Ibid.*, p. 187: "Ab ineunte aetate inter urbanas delicias educati... quique post venditas merces inter vina et epulas de re militari disputare soliti". No século XI, Alpert distingue muito bem os costumes especiais dos mercados "quibus... ab aliis vicis (pour vicinis) differant" (Liesegang, *Nieder rheinisches Städtewesen* [Sistema de cidades do Baixo Reno], p. 576, nota 1).

¹⁸ Um dos chefes dos revoltados é Wilbertus "mercator per multas terras cognitus" (*Gesta episcop. Camerac. Mon. Germ. Hist. Script.*, t. VII, p. 498).

¹⁹ Sobre o significado dessa expressão, ver Fagniez, *Études sur l'industrie et la classe industrielle à Paris* [Estudos sobre a indústria e a classe industrial em Paris], p. 49, 109.

²⁰ Waitz, *Urkunden zur Deutschen Verfassungsgeschichte* [Documentos para a história constitucional alemã], p. 22. Cf. Flach, *Les origines de l'ancienne France* [As origens da antiga França], t. II, p. 369, nota 3. Ele questiona nessa passagem de um "advena... quem natura inopem protulerat sed manus arte docta mechanica locupletem effecerat".

tem reunido em artigos recentes um grande número de testemunhos análogos, em presença dos quais se é obrigado a admitir, a meu ver, que ao menos uma parte dos artesãos medievais deve ser classificado como *mercatores*.²¹

Logo, é a esse grupo de *mercatores* formado de mercadores propriamente ditos e de artesãos que os autores mais recentes concordam em atribuir um papel essencial na história da formação das cidades. Entre essa e as outras classes da população urbana existe uma diferença essencial. Na verdade, enquanto essas últimas, compostas por *militēs*, *ministeriales*, *censuales*, estão estabelecidas desde longa data nas *civitates* e *castella* que consttuem as cidades do período agrícola da Idade Média, os mercadores aparecem como imigrantes estrangeiros. Eles vêm de fora: são os *advene*, os *coloni*. Assim, a partir do século XI, uma população nova e comerciante sobrepõe-se a uma população antiga e dominial e, por uma reviravolta completa da situação anterior, o elemento mais jovem acaba por prevalecer sobre o mais antigo. O subúrbio comercial consegue absorver a antiga cidade bem como moldar seu direito e suas instituições. É verdade que a antiga cidade é defendida. Onde há uma organização sólida e completa, como nas vilas episcopais, ela busca submeter à sua organização os novos habitantes. No entanto, ao cabo, por todo lado a luta torna-se a favor desses últimos. O tempo trabalha para os mercadores. O direito dominial não podia prevalecer sobre uma época na qual a vida industrial e comercial substituía a vida agrícola. Von Below mostrou perfeitamente como o *Hofrecht* foi vencido em todos os lugares, sendo sua demonstração irrefutável. Assim, era impossível impor aos mercadores um direito criado para uma sociedade essencialmente rural, que se manteve nos séculos XVIII e IX, em face do feudalismo²² que tornou necessária a substituição do grande domínio pela pequena propriedade livre, a constituição popular dos primeiros tempos da época franca.

Assim, a formação das cidades explica-se essencialmente por causas sociais e econômicas. Ao promover a formação de uma classe de mercadores nas terras situadas nas grandes vias naturais de comunicação, o renascimento do comércio deveria fatalmente originar as cidades. Em outro lugar, procurei mostrar como os mercadores, estrangeiros tanto por sua origem quanto por seu gênero de vida, à população das antigas *civitates* sob os muros dos quais eles vieram a se estabelecer, deveriam ser necessariamente ser regidos por um direito e instituições novas.²³ Rietschel, por sua vez, insistiu enfaticamente sobre esse ponto essencial. Ele constatou que o *jus mercatorum* fez desaparecer as formas obsoletas de procedimento nas cidades, transformando a condição das pessoas e das terras. O autor mostra

²¹ *Zeitschrift für Social- und Wirtschaftsgeschichte* [Jornal de História Social e Econômica], t. V, p. 138 e seguintes. Cf. Rietschel, *op. cit.*, p. 56, nota.

²² N. T.: o termo *féodalité* foi traduzido por feudalismo, assim como ocorre no título da obra de François-Louis Ganshof.

²³ *Revue historique* [Revista histórica], t. LVII, p. 57.

exemplarmente como a comuna burguesa, por si própria composta sobretudo de mercadores, difere profundamente da comuna rural.²⁴ Contudo, ele admite que uma das instituições fundamentais da cidade, a paz urbana, é bastante anterior ao período municipal da Idade Média. Na realidade, ele a considera, assim como Keutgen, como idêntica à paz, cuja existência é observada desde o século X nos *burgen* feudais ou episcopais da Alemanha. De forma mais feliz que o *Hofrecht*, que permaneceu confinado aos limites das fortalezas primitivas, ela [a paz urbana] teria conquistado a aglomeração mercantil, de tal forma que se na cidade o direito civil provinha do *jus mercatorum*, outra origem teve o direito penal.

Pode-se questionar se essa reserva é legítima.

É verdade que desde uma época muito antiga, os *burgen* eram “espaços de paz”, mas parece também que a paz reinante era bem diferente daquela que os textos nos permitem conhecer sobre as cidades a partir do século XII. Inicialmente se observa que ela possuía por penalidade a multa régia de sessenta sous, enquanto a infração da paz urbana acarretava punições corporais. Mas havia mais. Se o *stadfriede* não era outra coisa que o *burgfriede*, se da perspectiva do direito penal o habitante da cidade era idêntico ao habitante do *burg*, se enfim é precisamente por causa dessa situação jurídica que ele carrega o nome de *burgensis*, então se deveria encontrar a palavra *burgensis* desde as primeiras épocas medievais. Ora, é precisamente o contrário do que se verifica. A linguagem denomina *cives*, *castrenses*, *civitatenses*, *castellani*, aos habitantes dos *burgen*, nunca empregando o nome de *burgenses*.²⁵ Nos primeiros textos onde se encontrar essa expressão, ela se aplica à população nova, sendo sinônimo de *mercatores*. Os *burgenses* são alguns poucos da população da fortaleza primitiva ao pé da qual a cidade se formou que, na carta de Huy, por exemplo, recebem o direito de ocupar o castelo do bispo durante a vacância da sede episcopal.²⁶ Em outros documentos, tais como a carta de Saint-Omer, os *burgenses* são claramente opostos aos *milites castrenses*. Assim, é evidente que a palavra *burgensis*, derivada da palavra *burg*, não era mais a mesma quando surgiu pela primeira vez no latim medieval, perdendo seu significado inicial e designando claramente e exclusivamente a população municipal propriamente dita. É mesmo possível que o termo, a despeito de sua origem incontestavelmente germânica, tenha sido formado inicialmente na França e depois se difundido pela Alemanha. É na França ao menos que se encontra, até onde conheço, os exemplos

²⁴ Rietschel, p. 165 e seguintes.

²⁵ Nos diversos castelos do sul da França que não se tornaram cidades, tendo conservado na Idade Média, uma fisionomia muito antiga durante bastante tempo, os habitantes ainda são chamados *caselas*, *castlas*, isto é *castelani*. Ver F. Funck-Brentano, *Chartes de coutumes de Pouy-Corgéart et de Bivès* [Cartas de costumes de Pouy-Corgéart e Bivès], *Rev. hist.*, t. LXV, p. 307.

²⁶ Waitz, *Urkunden*, p. 10.

mais antigos do termo.²⁷ Ora, em francês, a palavra *bourg* (*burgus*), da qual é derivada, nunca designou, como em alemão, uma fortaleza,²⁸ mas apenas simplesmente uma aglomeração cercada de uma paliçada.²⁹

Se eu não receasse alongar demasiadamente essa nota já bastante extensa, ainda poderia elencar outros argumentos contra a identificação da paz do *burg* com a paz urbana. Limito-me a mencionar uma única que me parece bastante forte. Desde o século XVII, nas comunas do norte da França, a palavra *pax* era empregada regularmente como sinônimo da palavra *communio*.

Tenho insistido um pouco sobre essa questão porque ela permite identificar, a meu ver, uma conclusão bastante importante. Se na realidade a paz urbana não provém da paz do *burg*, deve-se além disso eliminar da série de fatores que contribuíram para a formação das constituições municipais medievais como uma instituição puramente germânica. Escrevo propositalmente “além disso”, pois é interessante observar o fracasso dos ensaios dedicados a explicar a origem das cidades alemãs por fatores exclusivamente alemães. Um a um, o *Hofrecht*, o *Altfreiegemeinde* [antiga comunidade livre], a *Landgemeinde* [comunidade territorial], a guilda, o *Marktrecht* mostraram-se incapazes de solucionar o problema. Assim como mostra o exemplo do feudalismo, o que se deve concluir senão que as constituições urbanas não são um fenômeno nacional, mas sim um fenômeno social independente de raças, línguas e fronteiras? Se em vez de estudar separadamente as cidades francesas e as cidades alemãs, como quase sempre se procede por se admitir *a priori* que exista uma diferença de natureza entre elas, nos habituássemos a observá-las em conjunto, logo se perceberia, como me parece, que a história urbana dos dois lados do Reno apresenta uma evolução idêntica e explicada pelas mesmas causas. Ao limitar as pesquisas científicas desse tema às fronteiras dos Estados modernos, restringe-se seu ponto de vista, limita-se propositalmente o número de fontes, priva-se da ajuda preciosa fornecida à história pelo método comparativo, torna-se incapaz distinguir, em meio aos diversos elementos que se encontram nas constituições municipais, aqueles que são gerais e, portanto, essenciais daqueles que são locais e secundários. Sem dúvida, as diferenças menores são inumeráveis, mas o objetivo principal da ciência [histórica] não é precisamente reconhecer, sob o particular e o contingente, o universal e o necessário? Aliás, não acredito que seja possível opor o grupo das

²⁷ A primeira menção que conheço foi realizada no ano 1007 e é relativa a Anjou (Flach, *les Origines de l'ancienne France*, t. II, p. 170). Em 1056, a palavra era encontrada no norte da França, em Saint-Omer (Guérard, *Cartulaire de Saint-Bertin* [Cartulário de Saint-Bertin], p. 184). De lá, ela se espalhou para o Império por intermédio da Lotaríngia. É observada em Huy desde 1066, em Cambrai em 1083, e, por fim, em Mayence em 1099 (Waitz, *Verfassungsgeschichte*, ed. Zeumer, t. V, p. 406, nota 2).

²⁸ Nas diversas cidades francesas, por exemplo em Beauvais, Valenciennes e Tournai, denomina-se *burgus* a aglomeração mercantil formada sob os muros do *castrum* ou do *castellum*. Os habitantes dessa nova cidade são chamados de *burgenses*. Cf. Flach, *op. cit.*, II, p. 273, nota 2.

²⁹ *Chanson de Raoul de Cambrai* [Canção de Raoul de Cambrai], ed. Meyer e Longnon, vers 1390.

idades francesas, em si próprias, ao grupo das cidades alemãs. Olhando mais detidamente, observa-se claramente que existem famílias de cidades, mas tais famílias estendem-se indiferentemente aquém e além das fronteiras traçadas pelo tratado de Verdun sobre o mapa da Europa. Elas não são determinadas nem pela etnografia, nem pela política. Colônia, Mayence e Worms são mais estreitamente próximas a Reims, Noyon, Laon e Cambrai, que a Magdebourg ou Lubeck. Lille e Arras, cuja população é puramente romana, são irmãs de Gante e Bruges. Em resumo, as primeiras cidades do norte da Europa, criadas pelas mesmas causas sociais e econômicas, compõem um mesmo objeto de estudos. Tendo a mesma vida, elas possuem os mesmos órgãos, sendo importante não separar arbitrariamente nos livros de história o que a história uniu.

Traduzido por Bruno Aidar Costa